

HOTEL NAOUM, BRASÍLIA, DF, 31 DE AGOSTO DE 2000

*Meu caro amigo, Presidente Gustavo Noboa, do Equador; meu companheiro Alberto Fujimori, do Peru; Vice-Presidente Marco Maciel, do Brasil; Senhores Chanceleres aqui presentes; Senhores Ministros; Parlamentares; Presidente Roberto Teixeira da Costa; Senhora Cacilda Teixeira da Costa; Presidente Salvador Carbó; Senhora Marta Chopitea,*

Devo desculpar-me, também, porque vou falar em português, por duas razões. Uma é protocolar. Aqui, ao Presidente não é permitido falar em outro idioma, a não ser o seu. A outra, porque não quero que vocês se dêem conta de que há uma descontinuidade entre o que disse o meu antecessor e eu.

E também por vingança. Porque, enquanto o Roberto falava eu pensei: “Bom, ele está tirando tudo o que eu ia dizer. Na substância, porque estamos de acordo”. Mas, também, quando chegamos, com a ditadura que existe no Brasil, que é a dos fotógrafos, pediram que nos aproximássemos – o Presidente Fujimori e o Presidente Noboa – e eu ia dizer da minha alegria, que já foi dita pelo Roberto Teixeira da Costa, de estarmos aqui juntos, em Brasília, outra vez, o Presidente do

Equador e do Peru. De modo que o Roberto já fez as homenagens, que são mais do que devidas, no caso em questão.

Creio que há coincidências de pontos de vista existentes, hoje, entre os setores privados e os governos, no que diz respeito aos nossos problemas comuns na América do Sul e na América Latina. Eles são de tal natureza que, quando estava escutando o Presidente do Ceal – Conselho de Empresários da América Latina –, eu pensava que ele tivesse proferido o seu discurso com muito apoio do Itamaraty. Mas, depois, percebi que não, porque ele foi um pouco mais audacioso do que, normalmente, me é permitido ser, quando faço discursos monitorado pelo Itamaraty. Por isso mesmo, vou fazer mais ou menos monitorado, hoje.

Quero dizer, primeiro, realmente, da minha satisfação de poder encontrarmos-nos, aqui em Brasília, com o Ceal. Os trabalhos que o Ceal tem prestado a essa difusão de conhecimentos, aos esclarecimentos recíprocos na América Latina é, realmente, extraordinário. Só aqueles que conheceram as dificuldades dos contatos entre os nossos povos, no passado, é que podem imaginar isso.

E, se me permitem, até farei referências de ordem mais pessoal – e alguns, aqui, são da época a que vou me referir, não digo quando nem quem, para não criar dificuldades adicionais. Ah, mas quero dizer uma coisa, sim, e já dou sinal de quem é. O Roberto disse que aqui há dois Henriques ricos. Eu não sou um deles. Ele se referia ao Presidente do BID e ao Presidente da CAF. E o Presidente do BID, a quem me referi há pouco, indiretamente, se recordará de outras épocas, em que era muito difícil encontrar informações e um clima de convergência na nossa região.

Eu me recordo de que quando houve a reunião de Punta del Leste, no início dos anos 60, que foi importante, onde Che Guevara esteve presente, eu fui contactado pela Cepal, por um amigo nosso, do Hélio Jaguaribe também, Dom José Medina Echeverría. Eu havia escrito um pequeno trabalho sobre os empresários brasileiros. E Medina, então, me pediu que preparasse alguma coisa sobre a integração e sobre os empresários, para que fosse apresentado lá em Punta del Leste.

Entrevistei vários empresários brasileiros. A idéia de integração era muito abstrata. Na verdade, era uma idéia que vicejava, que ti-

nha força nos organismos burocráticos e num ou noutro setor internacional, na Cepal e num ou noutro setor do Governo. Mas que não encontrava, realmente, eco no setor empresarial, pelo menos naquela época, no começo dos anos 60.

Mais tarde, uma vez, fui à América Central, a pedido do Dom Raúl Prebisch. Estávamos discutindo a formação do banco de integração. Era a mesma coisa. Havia enorme dificuldade em transmitir a idéia de integração e da importância desses setores. Nunca deixei de me preocupar com isso.

Anos mais tarde, já no fim dos anos 60, eu era professor na França, em Nanterre, na Universidade de Paris, e estava fazendo um trabalho, juntamente com quem, hoje, é nosso Embaixador em Cuba, Luciano Martins, a respeito, outra vez, dos empresários. Aí, eu tinha estendido um pouco as minhas pesquisas. Eu tinha feito pesquisas na Argentina, no Chile, no México e no Brasil. Assim, começou a haver um pouco mais de sensibilidade, mas ainda era remota a sensibilidade para essas questões. O trabalho não serviu para aumentar a integração, mas serviu para me dar uma cátedra na Universidade de São Paulo, porque aproveitei os temas dessa pesquisa e, em 68, apresentei, como resultado desse trabalho, uma tese de cátedra e tive a felicidade de ganhá-la. Não durou muito porque, seis meses depois, me aposentaram. Devo dizer à imprensa que foi por ordem militar e não porque eu era moço e queria ganhar dinheiro, como vão interpretar imediatamente, e proporcionalmente com salário muito reduzido. Mas, enfim, para isso serviu o esforço.

Mas, de fato, era muito difícil que se notasse algo além de um interesse muito discreto do empresariado por questões de integração, muito discreto. E era justificável que fosse assim, porque estávamos, ainda, numa fase em que nem se sentiam os albores do que hoje se chama esse processo de globalização, na sua etapa, hoje, financeira. Naquela época, o que interessava muito mais, aqui, era a questão da indústria de bens de consumo. Havia uma preocupação muito grande, nossa, na região, com o aprofundar do processo do que foi chamado de substituição de importações, ou seja, fazer com que os

nossos países pudessem produzir aqui o que importávamos. Não havia, por conseqüência, grandes ganhos na discussão mais centrada por parte do empresariado em termos da integração. O que apoiávamos era um processo de industrialização, no qual nós apostávamos. E, nesse nós, me refiro ao setores políticos interessados no desenvolvimento econômico, na luta contra o subdesenvolvimento, aos setores burocráticos e tecnocráticos nos vários países, na Cepal especialmente, nos setores acadêmicos. Estávamos todos imaginando que podíamos ficar menos vulneráveis ao que se chamava, então, a deterioração das relações de troca, fenômeno que é conhecido nosso até hoje: a queda contínua do preço dos produtos exportados, as *commodities*, sem ser compensada por uma diminuição do preço dos produtos industrializados.

Bom, isso era o que nos preocupava. E a idéia que se mantinha, na verdade, era a de que a alavanca para esse processo dependia de políticas públicas e de uma ação mais eficaz do Estado, para garantir condições tanto de acumulação de recursos, de capitais, quanto de orientação de investimentos.

Não se pode dizer que não tenha havido êxito nesse processo. Esse processo teve êxito.

Os anos 50, 60 e 70 foram anos em que houve uma grande transformação. E a idéia era somar esforços para uma relação mais equânime, mais equitativa com as economias centrais. Esse era o grande discurso de Dom Raúl Prebisch, que era o inspirador de todos nós naquela ocasião. Em cada um dos nossos países havia os economistas e os sociólogos que seguiam essa orientação. Aqui, no Brasil, Celso Furtado e o próprio Hélio Jaguaribe, que aqui está. E todos nós éramos seguidores desses luminares da nossa visão de um desenvolvimento, que era um desenvolvimento que estava baseado nisso. E esse discurso tinha ressonância no empresariado e ninguém sequer discutia o papel protagônico do Estado porque, sem ele, não seria possível operar essas transformações.

No caso específico do Brasil, toda a indústria fundamental foi feita sob incentivos, com barreiras tarifárias e, muitas vezes, com

investimento direto. Mesmo quando houve tentativas – como, no nosso caso, houve – de fazer com que o setor privado se interessasse por alguns setores de produção que fossem além dos bens de consumo, elas fracassaram.

A Companhia Siderúrgica Nacional, que agora está privatizada, no início, foi uma tentativa de fazê-la com capitais privados e até um esforço ingente do governo brasileiro para que houvesse um apoio de capitais externos. Recordo-me, num dos trabalhos, creio que do professor Luciano Martins também, que a United States Steel Corporation foi taxativa em dizer que não tinha interesse, porque o mercado brasileiro não era suficiente para um investimento daquela magnitude e que o Brasil podia ser, no máximo, um consumidor de alguns produtos acabados. Então, isso levou, progressivamente, o setor estatal a colocar recursos.

E, hoje, nós criamos a Companhia Siderúrgica Nacional, que foi o marco da industrialização do Brasil. Mas, quando chegou o setor de telefonia, num dado momento, também, e mesmo no setor de energia elétrica, havia gargalos de investimento. E esses gargalos não eram rompidos, porque havia uma certa descrença dos setores privados internacionais, primeiro quanto à orientação política dos governos locais. No caso brasileiro, não só o central, mas os estaduais, porque alguns tinham idéias de desapropriação e de controle de monopólio estatal, e havia pouco investimento. E foi por isso que o Estado entrou com mais força e teve que tomar a dianteira, em vários dos setores básicos da produção no Brasil.

Ora, hoje a realidade é completamente diferente. Completamente diferente porque esse processo, chamado de globalização, assumiu um perfil muito mais abrangente. E porque também existe, já, uma base industrial consistente em muitos dos nossos países, em muitos dos países da região, uma diversificação industrial muito grande e uma associação também grande, entre setores externos e internos.

Nós passamos por uma etapa, no Brasil, em que se falava de um tripé, que era preciso para dar impulso a alguns setores básicos da atividade econômica: aportes do Estado, aportes do setor privado do

país e aportes do setor privado internacional – e, às vezes, até do setor público, através de empréstimos de bancos de desenvolvimento.

O fato é que, de lá para cá, houve essa imensa transformação, que não vem ao caso recordar, porque aqui todos nós sabemos. E, certamente, aquilo que mais impactou, nesse processo mais recente de globalização, foi o fato de que os fluxos financeiros se globalizaram e a revolução tecnológica, através da informática, da telemática e tudo o mais, permitiu um controle a distância de tudo, e houve a possibilidade do redirecionamento de investimentos, de uma nova divisão internacional do trabalho. As empresas produzem parte daquilo que é necessário para o produto final, em áreas diversas do globo. Tudo isso é controlado a distância, sem nenhum problema. Da mesma maneira os fluxos financeiros.

Enfim, temos uma transformação enorme. E, juntamente com essa transformação enorme, é verdade que houve, também, uma enorme capacidade de criação de riqueza, mas voltamos a ter uma forte exposição das economias domésticas aos humores do mercado internacional. Não tanto do comércio quanto do setor financeiro internacional.

Então, de alguma maneira, fizemos um longo percurso. Não é que seja a mesma coisa do passado. A vulnerabilidade é de outra natureza e os recursos de que dispomos para reagir a isso também são de outra natureza. Mas, de alguma forma, estamos, de novo, prestando mais atenção à relação entre o doméstico e o internacional e estamos, naturalmente, assistindo a essas enormes transformações, a essa mutação que está acontecendo aqui.

E nós vemos que agora já temos uma fase em que o modelo de desenvolvimento novo tem já o mercado como motor. Já não é mais o Estado. É o mercado como motor. E esse mercado, de alguma maneira, não pode ser pensado mais em termos de um mercado doméstico. Esse mercado está interligado. Então, é natural, também, que nós tenhamos que abrir o nosso espaço. A livre iniciativa tem uma presença muito forte nisso, há uma redução de custo de produção que é muito acentuado. Nós temos assistido ao processo de aumento de produtividade muito grande.

Basta dizer que no caso da produtividade industrial, aqui no Brasil, o último dado que vi me assustou. Na década de 90, em média foi 7% ao ano. Eu sei das dificuldades de medir produtividade, pode-se, aí, dar um certo desconto, porque é sempre arriscado falar. Mas mesmo que se diminuam dois pontos, quer dizer, 5% ao ano, do aumento de produtividade, vê-se que estamos diante de uma nova realidade, muito mais dinâmica. E essa nova realidade muito mais dinâmica requer, também, um acompanhamento de outra natureza. Nós não podemos imaginar que a regulação possa se dar como se deu no passado. Pelo contrário, temos que criar novos mecanismos de regulação. E em todos os nossos países, de uma maneira ou de outra, o que nós estamos assistindo é uma presença forte de tecnologias novas, nova presença de capital estrangeiro, novas formas de associação entre capital doméstico e capital estrangeiro, a transformação da ação do Estado, o que não pode significar uma ausência do Estado nesse processo.

Aqui, no caso brasileiro, em todas as áreas que nós privatizamos, ou seja, onde o Estado se recolheu para outras funções, o Estado não deixou de criar órgãos que fossem capazes de regular essas atividades, agora privadas. Criamos, para cada um dos setores de privatização, uma agência regulamentadora. No caso da telefonia chama-se Anatel, no caso do petróleo a ANP – Agência Nacional do Petróleo. E assim vai. No caso da energia elétrica, é a Aneel. E assim vai, quer dizer, para cada setor privatizado, nós temos um órgão regulador.

E esse órgão regulador tem uma natureza diferente da natureza anterior do Estado brasileiro. Não é mais burocrático. Trata-se de órgãos compostos por pessoas que são nomeadas pelo Presidente da República, mas que submete as nomeações ao Senado da República, e as pessoas têm mandato. E há a idéia da defesa do consumidor também.

Trata-se, portanto, de um órgão que cuida do interesse do Estado, certamente. Mas não cuida só do Estado, cuida do interesse do consumidor. E que também, por outro lado, é uma garantia para o investidor de que os contratos vão ser cumpridos. E que não haverá a interferência política, no mau sentido, de fazer com que se posterguem pagamentos, ou que não se cumpram contratos. Enfim, nós

adaptamos o Estado brasileiro no setor produtivo a essas questões todas.

Eu me referi ao Brasil mas, obviamente, processos semelhantes estão ocorrendo em várias partes da nossa região. Tudo isso está se dando dentro de um novo marco também, digamos, geral, político. Não é por acaso que nós podemos hoje dizer com tranquilidade que temos em toda a nossa região processos democráticos que servem de base e de legitimação para os governos que se estabelecem. Um novo clima, um clima de liberalização dos sistemas políticos, de tal maneira que temos, hoje, não apenas a mudança do marco produtivo, as transformações das estruturas do Estado, mas, também, as transformações mais gerais, eu diria até mesmo da cultura política e da capacidade que tem a cidadania, de exercer controle e pressão sobre as decisões que são tomadas diretamente pelo Estado ou através desses órgãos.

Isso tudo, de alguma maneira, alcançou o conjunto das nossas sociedades. Talvez por isso a idéia de integração tenha voltado a ter presença e força. Nós, hoje, temos, como todo mundo sabe, dois grandes grupos na região da América do Sul, que são o Mercosul e o Pacto Andino. Cada um tem suas especificidades.

O Mercosul, hoje, é um processo que se consolida. Obviamente, existem problemas, sempre existem, sobretudo, na área comercial, como existem problemas na Europa entre os países que pertencem à União Européia. A Inglaterra não sabe se aceita ou não a moeda comum. E por aí vai. Aqui também, vez por outra, ou todas as vezes, existem choques, que são choques comerciais.

Eu olhei para o Ministro Domingos Cavallo ali. Eu dizia vez por outra, mas ele sabe, é quase sempre. Mas também nós temos tido a capacidade, quase sempre, de resolver essas questões. Há uma ou outra tensão aqui e ali, e nós não podemos confundir a idéia de Mercosul, como a idéia de Pacto Andino, com os choques que ocorrem. Ou com a idéia simplesmente dos interesses que, muitas vezes, são contrariados. E são difíceis de ser, enfim, acomodados. E também não devemos, a meu ver, confundir esse objetivo, que é o objetivo da construção de redes – para usar a expressão do Roberto – que vão

além do Estado Nacional com a situação momentânea de um ou outro país.

Quem tivesse visto o que estava acontecendo no Brasil, no fim de 98 e começo de 99 – e alguns dos presentes aqui viram –, diria: “Bom, acabou, não vai ser possível mais Mercosul, não sei o quê, vem desvalorização”. Não. Não aconteceu assim. Nós tivemos a capacidade de reorganizar as nossas decisões, de tomar medidas necessárias, de criar condições para uma retomada de crescimento. Certamente, quem olhar algum outro país hoje, da América do Sul, vai dizer: “Bom, não é possível mais. Questão de tempo.”

Nós não podemos confundir objetivos, que são permanentes ou mais permanentes, na História, com as flutuações de humor do mercado, muitas vezes, do mercado internacional, de crises que são provocadas por esse mercado, de inadequações e inaptações nossas, em certos momentos, de dificuldades de política econômica, monetária, etc., com objetivos que são objetivos de mais longo prazo. Daí a importância do Ceal, porque ele permite a ligação, a rede contínua entre empresários, a despeito das variações de governo, de políticas ocasionais aqui e ali, de conjunturas que podem ser de maior pessimismo ou de menor pessimismo.

O fato é que estamos levando adiante este processo de uma maneira consistente. Se olharmos os objetivos do Tratado de Assunção, vamos ver que, bem ou mal, eles vão se cumprindo. É claro que, a cada instante, é preciso renovar energias. Recentemente, em Buenos Aires, falou-se disso com muito afinco. Ainda mais recentemente, falou-se disso na preparação desse encontro que teremos a partir de hoje à noite, aqui em Brasília. Houve um grupo de intelectuais e técnicos da Argentina e do Brasil, da América do Sul em geral, que se reuniu e fez as críticas pertinentes – algumas, outras não –, não sei, de tudo, de quase tudo. Mas, de qualquer maneira, vê-se que há um contínuo aprimoramento de idéias. E, nós estamos, certamente, num momento em que temos que levar a sério o que também já disse o Doutor Roberto, que é uma expressão de que eu gosto: é a geometria variável das nossas relações.

Estamos aqui empenhados – e, possivelmente, a partir de janeiro de 2002 – no sentido de termos a possibilidade de um acerto efetivo entre o Grupo Andino e o Mercosul. Ao mesmo tempo, estamos fazendo esforços bilaterais. O México tem dado um exemplo brilhante nessa matéria – brilhante: conseguiu um acordo com a União Européia, faz parte do Nafta, tem acordos com vários países da América do Sul, está com um acordo avançado com o Brasil.

Enfim, esse é o certo. Não precisamos ficar imaginando que ou é cara ou é coroa. Essa nossa lógica não pode ser a lógica do terceiro excluído. Tem que ser uma lógica em que a contradição possa existir e conviver um certo tempo. Temos que conviver um pouco com a contradição. Não podemos ter um raciocínio muito formal nessa matéria.

É óbvio também que, se a geometria for variável, se formos imaginar que existam situações que, em um momento, se cristalizam em um pacto, depois se flexibilizam, e que existem as relações bilaterais, etc., então, vamos ter que encarar a relação hemisférica da mesma maneira. Assim, não podemos pensar que estamos fazendo *bunkers* para resistir àquilo que, eventualmente, possa vir a ser, amanhã, nosso interesse, que é uma negociação clara com o conjunto do hemisfério. Mas também não queremos – e repito a frase, que é feita – um regionalismo fechado. O nosso regionalismo tem que ser aberto. E todos estamos empenhados em fazer o que o México já fez, ou seja, discutir com a União Européia condições de uma área de livre comércio.

Então, estamos todos trabalhando, de alguma forma, na direção de ampliar os fluxos de comércio, na direção de quebrar barreiras. Obviamente, os países mais ricos, mais poderosos, que são os que mais têm barreiras que nos afetam, muitas vezes querem ir muito depressa, sem perceber que não vamos poder ir depressa porque levamos um tombo. E não vamos levar tombo. Vamos discutir muito duramente, ponto por ponto, qual é o nosso interesse. E o nosso, aqui, é variável. Às vezes, é o do Brasil. Às vezes, é o do Mercosul. Às vezes, é do Pacto Andino com o Mercosul. Às vezes, de toda a América Latina. Enfim, é variável. Mas vamos discutir porque é normal, nesse processo de negociação internacional, que assim seja.

Mas acho que o importante é que temos que ir caminhando, crescentemente, nessa direção, acompanhando a evolução do mundo e olhando sempre o interesse de cada um de nós e os interesses comuns, que são muitos, da nossa região.

Nos momento de maior aflição, quando parece que as coisas vão ser muito difíceis, sempre imaginamos alguma saída. Recordo-me que, um dia, em Buenos Aires, na Embaixada do Brasil, eu estava com um grupo de empresários argentinos dos mais expressivos. Eu ia me encontrar com o Presidente Carlos Menem. O Presidente Menem havia lançado a idéia de uma moeda comum, que é boa idéia. E eu sou muito realista. Não é uma coisa boa isso, mas eu costumo ser realista: “É uma idéia, mas como é que eu faço? Essa idéia, não posso dizer nem que sim, nem que não. Se eu digo que não, estou frustrando uma idéia boa. Se digo que sim, vão me perguntar: quando? E eu fico sem responder”. Então, eu disse: “Olhem, nós temos que fazer, primeiro, um pequeno Maastricht”. Aí, a imprensa passou a discutir o pequeno Maastricht, pequeno Maastricht, pequeno Maastricht... E nisso estamos.

O que é o pequeno Maastricht? É uma tentativa de convergência de política macroeconômica. É óbvio que precisamos disso. É óbvio que os empresários sabem que é muito difícil trabalhar com os países quando cada país tem uma política distinta uma da outra. Isso vai até chegar o limite da moeda comum, que é um limite lá, mas que é pensável, que é bom que se pense, que é bom que se pense qual é a maneira, projetar para o futuro como vão ser as nossas relações.

Acho, portanto, que temos que avançar, e muito, nessa direção. Agora mesmo, vamos ter, em dezembro, duas reuniões importantes: uma do Pacto Andino e outra do Mercosul. Na do Mercosul, vamos discutir, mais aprofundadamente, a relação com o Chile. Sabem todos do empenho que temos em que o Chile participe mais plenamente do Mercosul. Não apenas do Mercosul político, mas do Mercosul econômico, no conjunto do Mercosul. Será possível? Não será possível? Não sei. Vamos fazer força na direção afirmativa. Ainda recentemente, o Presidente De La Rúa convidou o Presidente da África do

Sul, para que assistisse às reuniões de Buenos Aires. Não foi possível. Mas insistimos agora e ele, provavelmente, estará na reunião de Florianópolis, no fim do ano.

Bom, se estamos fazendo esse esforço com a África do Sul, imaginem o México, que é um país de uma importância enorme, que é um país latino, que tem uma série de coincidências conosco. Ele tem que ser parte constante das nossas preocupações, não no mau sentido da preocupação, mas no bom sentido da preocupação. É parceiro, tem que ser parceiro, nas condições em que for possível ser parceiro, respeitando os interesses, às vezes, que até a geografia impõe. E a gente não escolhe a geografia. A nossa é aqui e estou contente com ela. Mas, de qualquer maneira, os outros têm outra geografia e vão ter que se adaptar a essa geografia e levar adiante essas transformações, o quanto puderem. Assim como eu acho que nós temos que nos empenhar, todos, e eu acredito que como existe o Ceal, as relações interempresariais são muito importantes para que a relação da União Européia com esta parte do mundo deixe de ser retórica e possa ser concreta. Quem primeiro aqui nos falou da possibilidade de uma área de livre comércio com a União Européia foi o Presidente Chirac, que veio ao Brasil e falou nisso. Eu o peguei pela palavra.

É claro que nós temos que imaginar, nós sabemos, que a França tem dificuldades na política agrícola. E não se pode imaginar que o Presidente da França e o Primeiro-Ministro, sobretudo, apertam um botão e a política agrícola de repente muda. Não muda, porque os interesses não mudam.

Além do mais há eleições, que são fatos também, importantes, da vida política social e econômica. Não se pode imaginar que se isso se faça de repente. Mas, com persistência, com convencimento, nós vamos acabar diminuindo, pelo menos, certas resistências e barreiras que lá estão, que nós não podemos aceitar. Acham que isso tudo vai requerer, da parte de todos nós, uma consciência muito grande da importância da existência de certos organismos multinacionais.

Eu não me refiro aos aqui presentes – o BID, a CAF, o Banco Mundial – mas me refiro também à Organização Mundial do Co-

mércio. Porque se nós estamos, realmente, imaginando porque é necessário, pela própria globalização, a intensificação de relações internacionais, nós precisamos dispor de alguns órgãos que permitam uma definição clara de certas regras. Às vezes, as definições não nos agradam. Agora mesmo, o Brasil acabou de ter uma discussão com o Canadá, e vamos ter que pagar um certo preço, país subdesenvolvido, como é o Brasil, pagando um preço a um país desenvolvidíssimo, como é o Canadá. Injusto, mas é da regra. Nós vamos lutar e vamos continuar lutando para diminuirmos, enfim, os efeitos maléficos da decisão, mas nós não vamos dizer: “Ah, não, então não participo mais da organização, era a OMC”. Não, nós temos que fortalecê-la.

Eu acho que o que aconteceu em Seattle não foi bom, porque estávamos próximos de dar um passo grande. E o que aconteceu em Seattle e que aqui, pelos chamados progressistas foi entendido como se fosse um avanço, foi um avanço para os países desenvolvidos que não querem absolutamente ceder em pontos importantes aos países que estão em desenvolvimento. Não foi avanço nenhum. Foi uma espécie de perda de oportunidade. Perdeu-se uma oportunidade, mas não se perderam todas. Vamos continuar avançando. Temos que, crescentemente, discutir a natureza desses organismos e participar, mais ativamente, deles. Se eu acho isso lá fora, tenho que achar isso aqui também.

Acredito que o Mercosul tem que dar passos para sua institucionalização. O tema é delicadíssimo, porque implica sempre, não vou dizer perda, mas subestabelecimento de poder. Mas não se pode imaginar o futuro de um processo integracionista, sem que existam órgãos que tenham uma relativa capacidade de controvérsias e de avançar em políticas e de sustentar políticas simplesmente porque o Estado Nacional quer manter a sua incolumidade, que já não existe. Nós temos que ser realistas.

Agora, não quer dizer isso que os interesses nacionais vão desaparecer, porque não vão. Eles têm muita força. Nem quer dizer isso que, através da institucionalização, os países perderão a sua capacidade de influenciar e, naturalmente, vão influenciar de acordo com o peso relativo que eles têm, que é sempre variável. Às vezes, num momento, é positivo, outras vezes é menos.

Pois bem, nós agora estamos aqui com essa reunião. O Ceal é muito bem-vindo nesse momento. É uma rede que vai ajudar a difundir idéias e a fortalecer possibilidades de política – nós temos, agora, aqui, com essa reunião de 12 presidentes da América do Sul. Incluímos a Guiana e o Suriname nessa reunião também, o que é uma coisa importante. E a idéia aqui é uma idéia singela, mas que tem significado.

Primeiro é uma surpresa. Nunca nos reunimos. O estranho não é fazer a reunião e sim que nunca nos tenhamos reunido. Ainda hoje, uma televisão internacional me perguntou: “E o México não está zangado?”, eu disse: “Mas zangado por quê? Pelo contrário. Ele está presente. Além do mais, lamento que o México não seja vizinho do Brasil. Eu lamento. Sinceramente lamento”. Gostaria. Agora é só por isso, porque a reunião é para fazer integração física. Não é isso? Essa integração física não tem nada a ver com o nosso compromisso latino-americano, integracionista, hemisférico. Mas eu não posso fazer uma ligação rodoviária do Brasil com os Estados Unidos. É muito cara.

E, também, fica difícil trazer gás ou energia elétrica do Hemisfério Norte. É essa a razão. O gás da Bolívia nós já o temos. Custou mas temos, gás da Argentina, vamos ter em Uruguiana. O sistema de eletricidade brasileiro está conectado com o da Argentina diretamente, pelo Sul. Estamos terminando a nossa conexão com a Venezuela, na questão lá do Guri, trazendo para o Norte do Brasil eletricidade que vem da Venezuela. Mais tarde, quem sabe, até dutos para petróleo e sei lá o quê. O nosso petróleo hoje é da Argentina e da Venezuela basicamente, e um pouquinho do Equador. Quer dizer, são relações de vizinhança pela possibilidade geográfica. E há muito o que fazer. Há muito o que fazer, para não falar das rodovias, das ferrovias. E, sobretudo, das telecomunicações.

Da mesma forma como me referi ao fato de que aqui, no Brasil, nós temos que fazer certas agências para cuidarem de regras de funcionamento, nós precisamos ter regras comuns de funcionamento entre os vizinhos, para regular essas questões.

Nós pedimos ao BID que preparasse – eu creio que a CAF ajudou também – um programa para ver, ainda sem definir projetos, quais são as áreas nas quais os vizinhos podem cooperar.

Então, essa reunião é uma reunião de vizinhança. Mas é só isso, não tem outra intenção que não essa, de consolidar, porque é um processo de integração importante, integração física. Física é modo de dizer, porque, agora, já não há mais essa idéia de física, na medida em que há telecomunicações e tudo o mais.

E, aqui, no Brasil, nós temos um programa que não vou detalhar, não, chamado Avança Brasil que tem eixos, em que nós definimos certos eixos de desenvolvimento. E eu não vi, ainda, o programa do BID. Só vi as coisas preliminares, mas tenho certeza de que tanto o BID quanto a Corporação Andina de Fomento (CAF) têm condições de participar ativamente da definição desses projetos de infra-estrutura física.

E, finalmente – porque vocês devem estar com fome, já – eu queria lhes dizer o seguinte: além disso, nós temos, todos, preocupações realmente comuns. Democracia para nós, hoje, é um valor absolutamente essencial. E esse é hemisférico. Esse é hemisférico. E a cláusula democrática do Mercosul é fundamental. Nós vamos entrar nessa matéria.

Nós também temos inimigos comuns. O narcotráfico é, realmente, um drama. É internacional e requer uma ação conjunta, hemisférica também. Até mais do que isso, mundial, global. Porque a lavagem de dinheiro é global. Isso requer uma área de grande convergência.

Mas, além dessas áreas e da ecologia, da preservação do meio ambiente, nós temos uma responsabilidade também muito grande. Além desses temas, que são os grandes temas do mundo contemporâneo, nós, aqui, temos o problema do nosso atraso relativo e da necessidade de dar um salto nesse atraso relativo. E, aí, é educação, ciência e tecnologia. Acho que a concentração dos nossos esforços nessa direção – hoje isso é uma consciência geral – tem que ser muito grande.

Eu disse que ia finalizar falando um pouquinho sobre a questão de ciência e tecnologia, em que a cooperação da empresa privada com o setor público, das universidades em geral, de todo tipo de universidade, e entre os nossos países, é fundamental. Se hoje o Brasil dispõe da possi-

bilidade, como dispõe, de atrair capitais, investimento, uma certa base industrial, possivelmente é porque nós avançamos muito nessa área.

O Doutor Roberto disse que vamos atrair 55 bilhões de dólares, em dois anos. Bem, costumo dizer e vou repetir: quando fui Ministro da Fazenda, houve um ano em que nós recebemos 1 bilhão e 200 milhões – 1,2 num ano! Agora, é de 2 a 2,5 milhões por mês, desde que nós fizemos o Plano Real. E investimento direto, é investimento para ficar. Desde que nós fizemos o Plano Real, recebemos 100 bilhões de dólares, de várias partes do mundo, sendo que a Europa Latina descobriu a América Latina.

Se, antigamente, o investimento aqui era americano, continua sendo, mas também era alemão, sueco, inglês; agora é italiano, é francês, é espanhol, é português. A Europa Latina descobriu a América Latina, e apostou bastante nesse processo.

Mas, se nós pudemos atrair isso tudo, é porque aqui existe uma certa base de desenvolvimento científico-tecnológico. Porque essa é a riqueza do futuro, e essa revolução com a Internet, o fato de nós podermos estar, já, quase sem um *gap*, sem a brecha entre a vanguarda tecnológica e a nossa ação tecnológica. Por causa do desenvolvimento das telecomunicações e das técnicas de telemática, nós estamos, talvez, apenas dois anos atrasados. No passado, a fronteira tecnológica estava 20, 30, 40 anos à frente da América Latina. Agora é muito menos. Nós podemos dar o salto e preencher esse *gap* com rapidez.

E isso depende de uma ação coordenada também. Eu dizia que, aqui, houve essa capacidade de atração de investimento, em grande parte por causa da base científica e tecnológica. E eu tenho repetido e vou reiterar: em 1951, foi criado, no Brasil, o CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Bom, o CNPq, uma agência de promoção de desenvolvimento científico e tecnológico, foi criado em 51, é contemporâneo do CNRS da França, e contemporâneo da National Science Foundation dos Estados Unidos, da mesma época, 51, 52, 53.

De lá para cá, nós temos dado bolsas de estudos sistematicamente: mestrado, doutorado, bolsas de iniciação. No último ano, nós de-

mos 67 mil bolsas. Como esse programa tem 50 anos, praticamente – não demos 60 mil bolsas por ano, porque aí seriam 3 milhões de pessoas – mas, certamente, na média deve estar acima de 10 mil. Então, podem imaginar que cerca de 500 mil, meio milhão de pessoas foram treinadas. Isso conta. Isso conta bastante, para o desenvolvimento. Eu me refiro a uma instituição ou duas, nacionais. Os estados também têm instituições de promoção do desenvolvimento.

Isso é fundamental porque nós, hoje, dispomos de cabeça, capacidade intelectual, que é o fundamento para o crescimento do futuro. E, aí, nós podemos estar juntos. Porque aí nós podemos ter programas em cooperação, dos países da América Latina e com os Estados Unidos. Eles estão lá fazendo a Internet 2. Quem não entrar na Internet 2, vai perder 20, 30 anos. Tem que entrar, nós já entramos, e tem que alterar toda a infra-estrutura básica de comunicação. É complicado. Mas nós temos essa possibilidade.

Eu queria terminar mostrando, reiterando a importância que empresto a organizações como o Ceal, porque elas podem dinamizar essas idéias, e podem fazer com que haja convergência do interesse privado com o interesse público. E podem também ajudar que se tenha uma compreensão genuína das relações internacionais, que não podem mais estar baseadas em hegemonias. Isso não tem sentido mais. Têm que estar baseadas em cooperação, não podem estar baseadas em exclusão. Têm que estar baseadas nessa geometria variável, para que se inclua crescentemente o conjunto dos povos realmente interessados em manter a paz, a prosperidade, em combater o narcotráfico, em melhorar a condição de vida, melhorar a condição, enfim, a acessibilidade aos bens do mundo moderno de toda a população.

Era o que eu queria lhes transmitir e dizer, também, da minha confiança imensa em que, a despeito de todas as dificuldades, essa nossa região latino-americana continuará a ter um desenvolvimento, e com as condições de liberdade, com as condições de compreensão da importância da estabilidade econômica que hoje se tem e com a paixão pelo desenvolvimento, e com a necessidade ética de justiça social, que é o imperativo. Diga-se, de passagem, hoje o que mais faz

com que as pessoas se movam é o choque que têm, por causa dos meios de comunicação, que se modernizaram muito, de ver a desigualdade. Portanto, o imperativo ético de diminuir a desigualdade.

Com tudo isso, tenho certeza de que nós vamos dar o melhor de nós mesmos, para que as gerações futuras sejam melhores que as nossas.

Muito obrigado.